



De Acordo:
Prefeito Municipal

Trata-se de pedido de parecer a respeito da impugnação apresentada por INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ASSISTENCIAL INTEGRAL À SAÚDE - IDEAIS, em relação à cláusula 6.1.4.1.3.1. Segundo a impugnante, a exigência de índice de higidez econômico-financeira igual ou maior que 1,3 ofenderia a competitividade do certame, porque não fora justificado nos autos que instrui o procedimento licitatório.

A resposta à controvérsia é aferível tanto no Anexo VI, do Edital n.º 90/2013, quanto na Lei Federal n.º 8.666/93.

Nesse sentir, reputa-se que o valor mínimo do índice eleito na cláusula 6.1.4.1.3.1 condiz com o patamar julgado como razoável em precedentes jurisprudenciais do TCESP (TC-031546/026/99; TC-020882/026/07; TC-45181/026/08; TC-0344995/026/09; TC-028304/026/09; TC-029453/026/10).

Observe-se que o presente certame licitatório está envolto por situação especial, vale dizer, pretende a Administração contratar empresa prestadora de serviços especializados na área da saúde, os quais atenderão demanda da população coberta pelo serviço público municipal, cujo montante do objeto está orçado em R\$ 6.063.601,60 (seis milhões, sessenta e três mil, seiscentos e um reais e sessenta centavos).

Além disso, o estabelecimento de índices de higidez econômico-financeira igual ou



Prefeitura Municipal de Birigui
Estado de São Paulo
CNPJ nº 46.151718/0001-80
Secretaria de Negócios Jurídicos
Rua Santos Dumont, 28, CEP16200-085, Fone: (18) 3643-6132
juridico.licita@birigui.sp.gov.br

maior que 1,3 foi, como dito alhures, devidamente justificado no processo administrativo ensejador do certame licitatório, bastando observar os projetos formulados pela Seção de Licitação da Secretaria Municipal de Administração às fls. 13/17, 31/35, 118/122, 170/173 e 229/233 do processo licitatório, acerca da necessidade de se analisar de forma minuciosa a minuta do edital da licitação planejada, tendo em vista a *“complexidade da contratação e das ocorrências havidas no último contrato, cujo objeto licitado se assemelha à presente licitação, (...), sobretudo no que tange às exigências de documentos de cunho trabalhista, tanto entre a Contratada e a Prefeitura, como entre a Contratada e os funcionários por ela contratados, a fim de evitar entraves no curso do processo licitatório e posterior prestação dos serviços”*, além da quantidade de minutas do Edital elaboradas para o certame (03 Editais, e respectivos anexos), aferíveis nos documentos de fls. 79/124, 129/174 e 189/234.

Apesar dos argumentos da impugnante do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE - IDEAIS, com a devida vênia, pondera-se que além da resolução contida na cláusula 5.2.4.1.3.1 do referido edital, os §§ 1º, 2º, 3º e §5º do art. 31¹, da Lei Federal n.º 8666/93, assim como a Súmula 27² do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, combinada com o art. 5, § 2º da CRFB/88, fundamentam não só a legalidade das exigência questionada, mas também o dever de fazê-las constar do edital.

O Tribunal de Contas da União ao examinar a questão se manifestou no sentido de que a qualificação econômico-financeira é mais ampla do que no que diz respeito à disponibilidade de recursos para a satisfatória execução do objeto da contratação, devendo ser apurada em função das necessidades concretas, de cada caso. Entendeu que envolve não apenas verificar, em valores

1 Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#).

2 BRASIL. TCESP: Súmula 27. "Em procedimento licitatório, a cumulação das exigências de caução de participação e de capital social mínimo insere-se no poder discricionário do administrador, respeitados os limites objetivos na lei de regência (Deliberação TCA - 29.268/026/05, publicada no DOE de 21 de dezembro de 2005).



Prefeitura Municipal de Birigui
Estado de São Paulo
CNPJ nº 46.151718/0001-80
Secretaria de Negócios Jurídicos
Rua Santos Dumont, 28, CEP16200-085, Fone: (18) 3643-6132
juridico.licita@birigui.sp.gov.br

absolutos, a disponibilidade de recursos para a realização do objeto da contratação, mas também a comprovação da boa situação financeira da sociedade civil ou comercial, de modo a detectar eventual estado de insolvência ou de falência que impedirão o adimplemento contratual. Assim, a análise das demonstrações financeiras permite concluir se os ativos da empresa são suficientes para cobrir suas obrigações; ou ainda, de modo mais específico, se a empresa gera fluxos de caixa suficientes para cumprir as obrigações assumidas em dado período de tempo. Assim concluiu: a qualificação econômico-financeira deve ser aferida de acordo com o objeto da licitação³.

Confirma tal interpretação o julgamento proferido pelo TCESP, a saber:

EMENTA - PRERROGATIVA DISCRICIONARIA PARA CUMULAÇÃO DAS EXIGENCIAS DE CAPITAL SOCIAL, GARANTIA PARA LICITAR E INDICES CONTABEIS; IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE: EXIGENCIAS DE COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMONIO LIQUIDO E DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL CORRESPONDENTES AO VALOR ESTIMATIVO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PELO PRAZO DE 60 MESES DA CONTRATAÇÃO, EM DETRIMENTO DO PERIODO DE UM ANO, CONFORME DELIBERAÇÕES DO E. TRIBUNAL; CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO TECNICO-PROFISSIONAL E TECNICO-OPERACIONAL EM DESACORDO COM AS SUMULAS N. 23 E 24 DESTE TRIBUNAL: IMPUGNAÇÕES PROCEDENTES (NÚMERO DO PROCESSO: 1368/006/07, TC 001368/006/07, TC 025074/026/07 E TC 025145/026/07 Órgão Julgador: Pleno, Relator: Conselheiro EDGARD CAMARGO RODRIGUES, DOE de 13.09.2007).

Nesse sentido, também se decidiu:

"Patrimônio líquido - diferença de capital social - TRF/1ª R. decidiu: "[...] Legítima a exigência contida no edital, de comprovação, pelo licitante, de possuir, patrimônio líquido compatível com o objeto a ser contratado, não tendo a impetrante feito essa comprovação, legal se afigura a sua desclassificação do procedimento licitatório.
2. Não supre a exigência a comprovação, posteriormente à data de apresentação das propostas, de elevação do capital social de empresa, mesmo porque o capital social é apenas um dos integrantes do patrimônio líquido, com este não se confundindo.
"[...] O Capital Social é um dos seis componentes para a formação do Patrimônio Líquido. Logo o primeiro é espécie do segundo gênero. Assim, sendo o aumento de Capital Social não necessariamente representou o aumento do Patrimônio Líquido, pois pode haver no decorrer do mesmo exercício financeiro prejuízo de ordem que haja uma diminuição do patrimônio Líquido, mesmo com o aumento do capital social"⁴.

Desta feita, as justificativas, para tanto, foram devidamente elencadas nas

3 JACOBY, Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 5. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 571.
4 BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. 6ª T. AMS n.º 34000041980/DF. Processo n.º 2001.34.00.004198-0 - DJ mar. 2003. p. 135.



Prefeitura Municipal de Birigui
Estado de São Paulo
CNPJ nº 46.151718/0001-80
Secretaria de Negócios Jurídicos
Rua Santos Dumont, 28, CEP16200-085, Fone: (18) 3643-6132
juridico.licita@birigui.sp.gov.br

justificativas constantes no Item 11, do Anexo VI, do ato convocatório.

Em conclusão, diante da interpretação desenvolvida e antecipando a tese fixada por esta Secretaria para orientar os atos relativos ao art. 38, VI da Lei Federal nº 8.666/93, com a responsabilidade profissional⁵ e funcional inerente ao servidor público incumbido da função de prestar consultoria jurídica ao Poder Executivo do Município de Birigui, nos termos do art. 28, VIII da Lei Municipal nº 3.042/93, com as alterações da Lei Municipal nº 4.513/05, reputa-se recomendável manter a cláusula 6.1.4.1.3.1, do Edital n.º 90/2013, do Pregão Presencial n.º 87/2013, eis que em consentâneo a legislação de regência e jurisprudência majoritária do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Recomenda-se ao Senhor Pregoeiro Oficial que realize a comunicação direta ao(à) interessado(a) sobre o presente parecer, com disponibilização na rede mundial de computadores, no sítio virtual desta Prefeitura.

S.M.J, é o parecer.

Birigui, 23 de agosto de 2.013.

JULIANA MARIA SIMÃO SAMOGIN
Procuradora Geral
OAB/SP sob o nº 164.320

ANA CAROLINA ERNICA DE SOUZA
Portaria n.º 89/2013
Diretora de Licitações e Contratos
OAB/SP N.º 313.979

5 Art. 1º São atividades privativas de advocacia: (...) II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas. (...) Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). § 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional. (...) Art. 31. O advogado deve proceder de forma que o torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio da classe e da advocacia. § 1º O advogado, no exercício da profissão, deve manter independência em qualquer circunstância. § 2º Nenhum receio de desagradar a magistrado ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade, deve deter o advogado no exercício da profissão. Art. 32. O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa. Parágrafo único. Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.